

Revista  
Latino-americana de

# Geografia e Gênero

Volume 12, número 2 (2021)  
ISSN: 2177-2886

Artigo

## O Combate ao Feminicídio Político na Luta Antirracista: O Caso da Vereadora Marielle Franco

*El Combate al Femicidio Político en la Lucha  
Antirracista: El Caso de la Consejal Municipal Marielle  
Franco*

*The Fight Against Political Femicide in the Anti-Racist  
Fight: The Case of Councilwoman Marielle Franco*

**Brenna Galtierrez Fortes Pessoa**  
Universidade Federal do Piauí - Brasil  
brennagaltierrez@hotmail.com

**Elaine Ferreira do Nascimento**  
Fundação Oswaldo Cruz - Piauí - Brasil  
negraelaine@gmail.com

Como citar este artigo:

PESSOA, Brenna Galtierrez Fortes; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. O Combate ao Feminicídio Político na Luta Antirracista: O Caso da Vereadora Marielle Franco. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 2, p. 146-167, 2021. ISSN 2177-2886.

Disponível em:  
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# O Combate ao Feminicídio Político na Luta Antirracista: O Caso da Vereadora Marielle Franco

*El Combate al Feminicidio Político en la Lucha Antirracista: El Caso de la Concejala Municipal Marielle Franco*

*The Fight Against Political Femicide in the Anti-Racist Fight: The Case of Councilwoman Marielle Franco*

## Resumo

O artigo é uma análise crítica sobre a força de Marielle Franco, vereadora negra e periférica vítima de feminicídio político, que conseguiu fazer com que a sua voz ressoasse na arena política/pública de forma que várias mulheres passaram a contribuir com as suas lutas, tendo como pergunta de pesquisa: Como o combate do feminicídio político pode ser um ganho na luta antirracista? Com o uso do método bibliográfico de abordagem qualitativa, utiliza-se o conceito de antropocentrismo para entender a vida e a morte de Marielle Franco, observando as potencialidades discursivas da sua trajetória, principalmente política, e de como isso pode possibilitar mais um passo para a luta antirracista no âmbito das políticas públicas e das geografias feministas junto com o conceito interseccional e de dados secundários.

Palavras-Chave: Marielle Franco; Feminicídio Político; Luta Antirracista; Relações Étnico-Raciais; Políticas Públicas.

## Resumen

El presente artículo realiza un análisis crítico de la fuerza de Marielle Franco, concejala negra y víctima periférica de feminicidio político, quien logró hacer resonar su voz en la arena política/pública, motivando a que varias mujeres comenzaran a contribuir con sus propias luchas. La presente investigación parte de la siguiente pregunta: ¿De qué forma la lucha contra el feminicidio político puede reforzar/contribuir a los propósitos de la lucha antirracista? Valiéndonos del método bibliográfico de abordaje cualitativo, se utiliza el concepto de antropocentrismo para comprender la vida y muerte de Marielle Franco, observando el potencial discursivo de su trayectoria (principalmente política) y cómo esta puede posibilitar a dar un paso más hacia la lucha antirracista dentro del alcance de las políticas públicas y geografías feministas, aunadas al concepto de interseccionalidades, entre otros datos secundarios.

Palabras-Clave: Marielle Franco; Feminicidio Político; Lucha Antirracista; Relaciones Étnico-Raciales; Políticas Públicas.

Brenna Galtierrez Fortes Pessoa, Elaine Ferreira do Nascimento

147

### Abstract

The article is a critical analysis of the strength of Marielle Franco, black councilor and peripheral victim of political femicide, who managed to make her voice resonate in the political/public arena so that several women started to contribute to her struggles. The research question is: How can the fight against political femicide be a gain in the anti-racist struggle? Using the bibliographic method of qualitative approach, the concept of anthropocentrism is used to understand the life and death of Marielle Franco. The study also observes the discursive potentialities of her trajectory, mainly political, and how this can enable another step towards the anti-racist struggle within the scope of public policies and feminist geographies along with the intersectional concept and secondary data.

Keywords: Marielle Franco; Political Femicide; Anti-Racist Struggle; Ethnic-racial relations; Public Policies.

### Introdução

O presente artigo teve como objetivo desenvolver uma análise crítica sobre a força de uma vereadora negra e periférica que, mesmo depois ter sido vítima de feminicídio político, conseguiu fazer com que a sua voz ressoasse na arena política ou pública. Essa vereadora deixou sementes com grupos de mulheres que corroboram com as suas lutas e se reconhecem em sua trajetória de vida privada (íntima) e política (pública), portanto, sendo seus pares.

Marielle Franco surgiu na arena política enquanto contrapeso ao enquadramento hegemônico, formado por homens, brancos, heterossexuais, cisgêneros e ricos, que também orbitam na arena política ou pública. Esses entes dominantes provocavam várias interrupções à vereadora, mesmo após sua morte, mas com ímpeto e avidez, Marielle mostrou sua presença se contrapondo ao silenciamento político requerido por eles, associando isso às dores da vivência de ser uma mulher negra e periférica no âmbito político, uma *outsider*, como diz Lorde (2019), ou alheia àquele ambiente. Para compreender com mais detalhes a morte da vereadora Marielle Franco, foram utilizadas autoras do movimento decolonial, dentre elas: Lorde (2019); Piedade (2017); Davis, Spivak e Dhawan (2019) e outras.

Nesse sentido, o artigo tem uma pergunta de pesquisa: Como o combate do feminicídio político pode ser um ganho na luta antirracista?, tratando da sementeira que Marielle Franco trouxe às suas ações e falas com os movimentos sociais (coletivos), com a adesão de mais mulheres negras na política e do notório reconhecimento legal ou cultural da sua luta pelo mundo. Aqui se defende o uso da adoção do feminicídio político com acréscimo da interseccionalidade (gênero + raça / etnia + classe), pois se trata de uma mulher negra e periférica, visando ser mais uma arma legal para a realização da luta antirracista evitando, assim, mais mortes por este motivo às mulheres negras e periféricas.

A metodologia utilizada no trabalho é a bibliográfica de abordagem qualitativa, que difere do quantitativo por não pretender numerar ou medir unidades ou categorias de forma homogênea. Em princípio, as investigações que se voltam para a abordagem qualitativa tem como intuito o estudo de situações sociais complexas ou estritamente particulares. É um método de

investigação usado principalmente nas ciências humanas e sociais que costuma recolher os discursos tanto orais como textuais para, assim, analisar e interpretar os significados culturais, políticos, ideológicos ou sociais que produzem (RICHARDSON, 2012; FLICK, 2013). Para isso, foram utilizados descritores analíticos pesquisados na plataforma de dados *Google Acadêmico* ao buscar artigos científicos datados entre 2016 e 2021, dentre eles: Marielle Franco; Femicídio Político; Luta Antirracista; Relações étnico-raciais; Políticas Públicas; bem como buscando fontes de coletivos intitulados de Marielle Franco, em perfis no *Instagram*, sites no *Google* e *Facebook*, que homenageiem a vereadora vítima de feminicídio político.

O artigo se vale do conceito de antropocentrismo para entender como foi a vida e a morte de Marielle Franco, observando as potencialidades discursivas da sua trajetória, principalmente política, e como isso pode trazer como possibilidade de mais um passo para a luta antirracista no âmbito das políticas públicas. O trabalho utiliza dados secundários extraídos de sites e relatórios de pesquisa do Ministério da Saúde, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Atlas da Violência (IPEA, 2020), do Instituto Marielle Franco, dentre outros. Com o usufruto do subcampo da Geografia, dado aqui pelas geografias feministas, realiza um reforço à crítica entre gênero e espaço, acrescentando-se raça/etnia/cor de pele e classe para corroborar com a interseccionalidade, para tratar das mulheres que são marginalizadas à medida que são inferiorizadas no meio em que estão situadas por seu gênero, sua raça e sua classe.

No Brasil, o subcampo das geografias feministas é ainda pouco desenvolvido, apesar de constar em muitos artigos datados do início dos anos 1980, tendo Joseli Maria Silva como umas das principais pesquisadoras. O termo se apresenta no plural em razão da variedade de pensamentos que o agrupam, pluralidade vista também na personagem central do artigo, a vereadora Marielle Franco, vítima de feminicídio político (SILVA; CESAR; PINTO, 2020).

### A Voz que não se Permite Ser Calada

Muitos jornais e noticiários anunciaram a morte da vereadora Marielle Franco, mulher negra nascida 1979 no Complexo da Maré, como a voz que não se permitia ser calada ou como a voz que ainda ecoa entre nós, bem como outras analogias, retratando-a como semente de um novo modo de se fazer política no Brasil. A vereadora defendia a colocação de mais mulheres negras nos espaços de poder denunciando, sobretudo, o fracasso e/ou a ausência de políticas públicas que desfavorecem pessoas como ela, pertencentes a alguma minoria social, como: negros(as), mulheres, pobres, favelados(as) ou que fazem parte do grupo formado por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Pansexuais e outros (LGBTQIA+). Tendo como orientação sexual a bissexualidade, Marielle Franco era constituída por todas essas minorias, o que mais do que triplicou o seu risco de vida, já que no Brasil pessoas morrem apenas por pertencer a um desses grupos socialmente vulneráveis (CARMO, 2018; SILVA, 2010).

Nessa perspectiva, a prematura e violenta morte de Marielle Franco é um

retrato das minorias em todos os âmbitos de sua existência, tanto na vida privada e íntima quanto na pública e parlamentar, conceitos da filósofa Arendt (1999), quando defendia, dentre muitas coisas, ações de ruptura de um projeto político que não favorece pessoas como ela e ainda as matam. Hoje, Marielle Franco é semente, pois dá continuidade póstuma aos atos de renovações dos que lutam para propor políticas públicas mais identitárias, com um olhar mais para o coletivo (pensamento socialista), como identidade racial, com o objetivo de afastar o mito da democracia racial existente no Brasil, lutando também tanto pela igualdade de gênero (entre homens e mulheres) quanto por equidade entre o gênero (entre mulheres negras e mulheres não negras).

Marielle Franco entendia essas problemáticas tanto de forma empírica (vivência cotidiana) quanto de forma teórica, aperfeiçoada em seus estudos enquanto socióloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestre pela Universidade Federal Fluminense. Sua militância política ocorreu primeiramente na base da comunidade em que vivia, dando continuidade como parlamentar eleita como vereadora. Durante a campanha, teve como principais discursos-chave as críticas ferrenhas à intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro e à Polícia Militar da região, denunciando casos de abuso de autoridade contra os moradores residentes das favelas, e proposições de políticas públicas em favor dos direitos das mulheres, da população LGBTQIA+, da população negra e de pessoas que moram na favela, que eram também suas bases eleitorais (SENGER; GRAUBE, 2018).

Marielle Franco foi eleita vereadora da cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL- RJ), com legislatura de 2017-2020, obtendo a quinta maior votação no município (contabilizou 46.502 votos), com pautas voltadas tanto aos direitos humanos como ao feminismo, lutas antirracistas e em favor da diversidade sexual. Também foi presidente da Comissão da Mulher na Câmara Municipal, mas no dia 14 de março de 2018, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, após participar de uma reunião para falar com mulheres como as que ela representava no poder público (ativistas e negras), terminou morta dentro do carro junto com o seu motorista, Anderson Gomes, tendo sido alvejados com quatorze tiros, em que quatro deles acertaram de forma fatal a cabeça de Marielle. As últimas investigações consideram como principais suspeitos da execução ex-policiais envolvidos com milícias no Rio de Janeiro (OLIVEIRA; LIMA; PENTEADO, 2020).

As milícias são organizações criminosas formadas por policiais que atuam dentro ou fora do seu serviço em favelas, conjuntos habitacionais e comunidades urbanas de baixa renda, realizando prisões ilegais, mortes e práticas de tortura, sob alegações de que estão combatendo o crime de narcotráfico. Conforme Raul Jungmann, Ministro da Defesa e Ministro Extraordinário da Segurança Pública do governo Temer (2018-2019), as milícias controlam votos e elegem políticos, infiltrando-se no Estado. Por isso, de acordo com o deputado federal Marcelo Freixo (PSOL-RJ), “as milícias é [sic] sempre governo, nunca oposição”, salientando como solução o corte dos vínculos políticos e econômicos para se combater as milícias (CAMAROTTI, 2020).

O termo milícias foi amplamente defendido em 2008 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) presidida por Freixo. O deputado criou

uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de investigar as milícias que atuam no Estado, bem como a sua estreita relação com políticos. Na época, Marielle atuava como assessora parlamentar de Freixo e identificou 170 bairros controlados por elas, produzindo provas sobre a influência das milícias em territórios em disputa com o tráfico. Neste sentido, pode-se perceber a afronta ao poder “paralelo”, parceiro do poder público, ter uma mulher negra e periférica os confrontando e tendo o seu espaço territorial investigado por mulher no perfil de Marielle Franco. Sem dúvidas, isso acarretou em uma letalidade maior a ela, pois a vereadora era do perfil de pessoas que as milícias costumam dominar: negros(as) e pobres. (CARNEIRO, 2003; SILVA, 2010; VIERA, 2016).

As milícias estão geograficamente localizadas em locais totalmente desassistidos do poder público, áreas propícias para estabelecer sua tirania do ponto de vista econômico e da violência, controlando, dentre muitas coisas: o transporte alternativo, o fornecimento de gás e água, com empréstimos via agiotagem, serviços de ligação clandestina de televisão a cabo e ocupando imóveis do programa 'Minha Casa, Minha Vida', para obter lucratividade em cima dos moradores locais (VIERA, 2016; SILVA, 2010).

O Complexo da Maré é um conglomerado de pequenos bairros, microbairros, conjuntos habitacionais e favelas, com cerca de 130.000 moradores, um dos maiores complexos comunitários do Rio de Janeiro e possui baixos Indicadores de Desenvolvimento Social (IDS) (REDES, 2019). Por ter nascido em um lugar como esse, Marielle Franco teve que começar a trabalhar cedo, aos 11 anos de idade, para ajudar a complementar a renda da família enquanto camelô junto com os pais. Em 1998, ingressou em cursinho comunitário visando sua entrada na universidade que ocorria dentro da própria favela na qual morava, mas terminou não concluindo o cursinho, pois engravidou nesse mesmo ano, aos 18 anos, não fugindo muito das estatísticas de gravidez na adolescência desta época (ROSSI, 2016).

A gravidez na adolescência nos finais da década 1990 era algo ainda mais comum, com dados alarmantes em meninas entre 15 e 19 anos. O Censo de 2000 mostrou que as meninas que tinham 9 vezes mais chances de engravidar eram aquelas de baixa renda e com escolaridade baixa (taxa de 223 por 1.000), enquanto aquelas que tinham um grau maior de escolaridade e mais renda (taxa de 22 por 1.000) tinham menos probabilidades (BRASIL, 2000).

A pesquisa atribui essa disparidade desde à falta de informação até a falta de perspectivas futuras profissionais para o caso das meninas de baixa renda e escolaridade igual. Conforme dados nacionais mais recentes, essa incidência ainda persiste. De acordo com a ONU BRASIL (2018), no Brasil, de cada mil meninas entre 15 e 19 anos, 62 apresentavam-se grávidas, colocando o país em posição acima da média, que é de 44 por mil. A pesquisa Nascer Brasil 2016 (OLIVEIRA, 2020), vinculada ao Ministério da Saúde, informa que 75% das mães adolescentes na faixa etária de 15 a 19 anos estavam fora da escola. De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 2010, 44,2% das meninas grávidas entre 15 e 19 anos são de baixa renda, com renda per capita familiar de até 1/2 salário-mínimo (FONTOURA, 2010).

A gravidez nesse grupo vulnerável pode acarretar tanto complicações de saúde pública obstétricas quanto problemas psicossociais e de ordem

econômica. Dessa forma, pesquisas sobre a gravidez na adolescência costumam atribuir tal diferença entre meninas da mesma idade como fruto da vacância escolar e da baixa renda, que gera problemas de desinformação e desesperança até a falta de perspectiva de um bom futuro profissional, tendo em razão disso maior facilidade de ocorrer a gravidez ainda na adolescência, ou seja, em pessoas que vivem em lugares com condições onde o futuro é menos palpável, como diz a professora do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Patrícia Gonçalves (SAÚDE COM CIÊNCIA, 2021).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), em recente estudo sobre o assunto, tratou de outras nuances, como a falta de política de educação nas escolas. Essa poderia ser uma forte aliada para as jovens identificarem os assédios e evitar possíveis violências sexuais, sobretudo em logradouros com IDH baixo, como comunidades e favelas constituídas majoritariamente por pessoas negras.<sup>1</sup> Dessa forma, põe-se em foco também a questão do racismo estrutural, que faz com que meninas negras se deparem com uma realidade diferente das vivenciadas por jovens brancas da mesma idade, com situações subjetivas que vão desde o mau atendimento e a invisibilização até as chamadas violências obstétricas, justificadas tanto pela culpabilização da gravidez quanto pela suposição de que jovens negras suportam todas as dores (marcas do colonialismo).

Por isso a importância de correlacionar os estudos de saúde pública às relações raciais, pois são discussões que se interseccionam, especialmente no Brasil, pois dependendo do lugar geográfico esses agravantes são notórios. Quando se engloba gênero, é preciso ter um viés feminista para que tal discussão seja realmente transformadora, daí o usufruto das geografias feministas em conjunto com a forma interseccional ao tratar de mulheres não brancas.

Marielle Franco iniciou sua militância em Direitos Humanos também com 18 anos, em 1998, quando sua melhor amiga, negra e adolescente, foi vítima fatal de uma bala perdida provocada por um confronto entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. O nascimento de sua filha Luyara Santos fez com que sua luta tomasse maior impulso, com o objetivo de que tanto Luyara quanto outras meninas e mulheres negras pudessem viver em um mundo mais justo e igualitário (PIRES, 2020). Esse recorte é necessário, visto que pessoas brancas não morrem em seus bairros por essas circunstâncias, pois a bala que é perdida encontra cada vez mais suas vítimas, em sua maioria pessoas negras.<sup>2</sup>

Marielle Franco alguns anos depois fez mestrado em Administração Pública na Universidade Federal Fluminense- UFF, defendendo a dissertação intitulada de “UPP- A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro”, em 2014, trazendo como tema a violência policial.

As UPPs (2007-2014) são Unidades de Polícia Pacificadora, um projeto da

1 A pesquisa informa, ainda, que a cada dez grávidas entre 15 e 19 anos, sete são negras e seis não estudam nem trabalham.

2 Cerca de 63 jovens negros são assassinados por dia no Brasil, conforme Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado sobre o Assassinato de Jovens do ano de 2016. Por ano, são 23 mil mortos em ações policiais (BRASIL, 2016).

Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro com objetivo de instituir polícias comunitárias em várias favelas a fim de desarticular quadrilhas de narcotráficos. Tendo como escopo de pesquisa a Favela da Maré, por ser seu território de espaço origem, Marielle conduziu seus escritos afirmando que as UPPs se tratam de uma maquiagem para esconder um Estado neoliberal que usa velhas estratégias genocidas (necropolítica) (CANO; BORGES; RIBEIRO, 2012; MBEMBE, 2020; SILVA, 2010).

Um dos casos emblemáticos durante a instalação das UPPs foi o do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, negro e com 47 anos na época, que ficou conhecido nacionalmente por estar desaparecido desde dia 14 de julho de 2013, logo após ser detido por policiais militares que o conduziram à sede da Unidade de Polícia Pacificadora do seu bairro, na favela da Rocinha. Graças ao empenho de campanhas via redes sociais encabeçadas por famosos como MV Bill, Wagner Moura e Caetano Veloso, o seu desaparecimento tornou-se símbolo de casos de abuso de autoridade e violência policial, tornando-se manchetes nos principais jornais nacionais e do mundo. No ano de 2016, 12 dos 25 policiais denunciados pelo seu desaparecimento e morte (ainda que não tenham encontrado o corpo, mas, devido ao tempo, assim determinaram) foram condenados em primeiro grau e em segundo, e oito deles absolvidos (LICARIÃO, 2018).

Igualmente a outras 67% de mulheres vítimas de agressão física no Brasil, Marielle Franco também foi agredida pelo seu ex-marido – um crime de gênero que pode acarretar em um fim fatalista quando não se rompe os laços com o agressor; 68% das vítimas de feminicídio são mulheres negras, de acordo com o Atlas da Violência 2020 (IPEA, 2020). Na época, Marielle teve o seu maxilar deslocado, sendo atendida no Hospital Federal de Bonsucesso e denunciando, logo em seguida, no vigésimo primeiro Distrito de Polícia no Rio de Janeiro.

A violência de gênero foi outra bandeira de luta de Marielle. A vereadora presidiu a Comissão de Defesa da Mulher na Câmara Municipal trabalhando, principalmente, na coletas de dados de violência contra as mulheres para fins de construção de políticas públicas voltadas para este segmento. Lutou também pela garantia do aborto voltado para os casos previstos em lei em três circunstâncias: 1) para salvar a vida da mulher; 2) quando a gestação foi ocasionada por estupro; 3) ou se o feto for anencefálico. A vereadora lutou, ainda, pela ampliação do número de participação de mulheres no âmbito político e na aprovação da criação das casas de partos normais para atender as áreas com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), a fim de que mulheres mais vulneráveis tenham mais conforto para ter os seus filhos (RODRIGUES, 2020).

Em virtude da sua militância com as causas LGBTQIA+ e seu relacionamento com Mônica Benício,<sup>3</sup> Marielle Franco propôs em agosto de 2017 a incorporação no calendário municipal do Dia da Visibilidade Lésbica, vetada pelos vereadores por um placar de 19 a 17. Entre derrotas e conquistas na vida privada e pública, a ampliação de sua plataforma de luta e a conquista do espaço político certamente foram as melhores delas, sendo também a

3 Marielle Franco e Mônica Benício estavam de casamento marcado para o final de 2018.

provável motivação do seu feminicídio político.

Marielle Franco, com sua orientação sexual e altivez construída de uma mulher preta e periférica, sobretudo, em razão das suas ações de fala nas tribunas, sempre incisiva sobre aqueles que não a toleravam e queriam o seu silêncio – sua fala provocou muito *manterrupting*<sup>4</sup> causado por vereadores. Conforme Tiburi (2018), esses *manterruptings* eram percebidos toda vez que Marielle se pronunciava denunciando o massacre cotidiano das minorias nas favelas, pois os parlamentares presentes negavam e a interrompiam constantemente.

Dentre esses parlamentares, o vereador Marcello Siciliano, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS-RJ), era o que mais interrompia Marielle Franco, chegando a gritar “Ustra Vive!” como protesto aos seus dizeres, se referindo coronel e torturador da Ditadura Militar, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Siciliano chegou a ser apontado como mandante da morte da vereadora. À época novato na política, o vereador foi eleito com expressiva votação na zona oeste, região considerada reduto tradicional das milícias (GUIMARÃES, 2018, BARREIRA; SATRIANO, 2020).

Honrando os votos dados a ela, Marielle Franco fazia da sua permanência um ato político, repreendendo Siciliano dizendo: “A minha palavra é palavra de mulher, mas vale. Não é só palavra de homem que vale não [sic]”. A autora Phillips (2001) intitula isso de “política de presença”, que é quando alguém advindo do povo minoritário ascende na esfera pública e se faz presente enquanto contrapeso. Através das suas ações de fala, conforme Lorde (2019), Marielle atuava em contraposição ao silêncio requerido por aqueles que pertencem à hegemonia, formada por homens, brancos, ricos, heterossexuais e cisgêneros, procurando ser ouvida ao tratar das demandas daqueles que são os seus pares (negros (as), pobres, favelados (as), ativistas, mulheres e LGBTQIA+), e que também a elegeram.

A história de Marielle Franco se entrecruza com suas pautas, sendo possível perceber que suas demandas e propostas teriam sido úteis em sua juventude e na sua vida adulta. Sua eleição significava dar visibilidade às demandas singulares que só pessoas pertencentes às minorias compreenderiam (lugar de fala), permitindo, quem sabe, conforme Davis, Spivak e Dhawan (2019), a construção de um novo projeto político que os beneficiassem de fato. Ainda que a construção política da vereadora tenha surgido de suas vivências ou de pessoas próximas, como a morte da amiga vítima de bala perdida, isto é, fora do espaço público ou político, é na esfera pública ou política que Marielle consegue dar visibilidade a suas pautas, ou seja, mostra aquilo que se quer que seja visto e percebido para todos, de acordo com Habermas (SAHUÍ, 2011; RIBEIRO, D., 2019).

A morte aos 38 anos de Marielle Franco poderia ter sido mais um caso banal de violência no Rio de Janeiro. No entanto, a vereadora tinha o perfil daqueles que lutavam para se tornar visíveis dentro de uma sociedade violenta de Estado genocida atrelada à ausência e/ou fracasso de políticas públicas. Marielle seguia como ameaça a uma hegemonia ao tornar-se um contrapeso

---

4 Quando um homem interrompe a fala de uma mulher com frequência ao ponto de não deixá-la concluir o raciocínio proposto.

indo de encontro a tudo que é mantido por aqueles que ocupam o poder político (homens, brancos, ricos, heterossexual e cisgêneros). Com isso, é preciso entender as circunstâncias do silenciamento político de Marielle Franco frente a um sistema que oprime pessoas como ela e privilegia os que a mataram.

Esse silenciamento acomete todos aqueles que Marielle representava no cenário político em uma única só voz, que era a dela, na qual sua morte seria uma mensagem dos algozes aos ativistas, como a vereadora. Como diz sua filha, Luyara Santos, hoje com 23 anos: “Mataram a minha mãe e mais de 46 mil eleitores!”, em *post* via *Facebook* em 15 de março de 2018 (O GLOBO, 2018).

Muitos a compararam com Carlos Marighella, como o ator e cineasta Wagner Moura no lançamento do seu filme “Marighella”, no Festival Internacional de Cinema de Berlim, pois, assim como o político, a morte de Marielle foi causada por suas convicções políticas contrárias à hegemonia presente. Marighella foi um político, escritor, guerrilheiro comunista-marxista-leninista e cofundador da Ação Libertadora Nacional (ALN), nascido em Salvador-Bahia. Foi considerado um dos principais organizadores da luta armada, tido como “inimigo número 1” da Ditadura Militar brasileira. No dia 4 de novembro de 1969 foi executado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão criado durante o Estado Novo se mantendo na Ditadura Militar para enfrentar “problemas” políticos, vítima de uma emboscada feita pelos agentes do DOPS e morto com vários tiros no peito na alameda Casa Branca, na capital paulista, crime semelhante ao de Marielle Franco (GRISON, 2020).

Neste sentido, é preciso entender o silenciamento político, especificamente em mulheres em que a cultura do silêncio é corriqueira e conhecida. Por isso, o fato de ser mulher ganha mais peso comparado a um homem assassinado na mesma circunstância, pois além de vítima política, Marielle Franco também foi vítima de violência de gênero. Esse silenciamento se aprofunda quando se interseccionam diversas identidades.

Em razão disso, “assassinato” talvez não seja nomenclatura suficiente para justificar a morte da vereadora Marielle Franco. Souza (2020) advoga para adoção de um termo “femicídio político”, partindo do princípio de analisar sua trajetória política capturando o cotidiano político e suas narrativas e propostas com base na sua vivência empírica enquanto mulher, negra, bissexual, oriunda da favela, política e ativista. É importante dizer que a criadora da nomenclatura “femicídio político” se assemelha a Marielle na sua história, portanto, é um dos seus pares, criada no Complexo da Maré, mulher negra, formada pela PUC-RIO, mestre e doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Renata Souza se elegeu como deputada estadual mais votada da esquerda do Estado do Rio de Janeiro em 2018, realizando o desejo de luta de Marielle, que era de ter mais pares no âmbito político. Souza acredita que Franco sofreu femicídio político, por caracterizar-se em uma violência política acometida a uma mulher e negra.

O conceito femicídio político parte da observação crítica de Renata Souza do contexto societário à luz do recorte de uma mulher e negra com carreira ascendente na política. O “detalhe” de Marielle ser negra é importante porque,

segundo Lorde (2019), mulheres negras tiveram sempre que aprender a primeira lição, a mais vital: que sua sobrevivência nunca fez parte dos planos de qualquer sociedade que tenha como eixo fundante de opressão o colonialismo e o racismo estrutural. A visibilidade pública de Marielle Franco só a tornava ainda mais vulnerável ao sistema, que é racista-patriarcal-classista. Conforme o Atlas da Violência (IPEA, 2020), 68% das mortes por feminicídio acometem mulheres negras. Não obstante, não conseguiram fazer o que pretendiam, pois Marielle Franco virou semente que se espalhou, tornando-se presente em todos os lugares.

### Marielle Presente em todos os Lugares

Marielle Franco se tornou presente em todos os lugares, dentre eles universidades e movimentos sociais (coletivos), muitos deles formados em instituições de ensino espalhadas pelo Brasil: Universidade Federal do Piauí (Núcleo Marielle Franco); Universidade Federal de Juiz de Fora (Coletivo Marielle Franco UFJF); Universidade Federal Fluminense (Associação de Pós-Graduandos da Universidade Federal Fluminense Marielle Franco); Universidade Federal de Roraima (Gestão Marielle Franco do Centro Acadêmico de Ciências Sociais); Universidade Católica de Pernambuco (Coletivo Quilombo Marielle Franco); Universidade Federal de Campina Grande (Coletivo Marielle Franco), dentre outros, encontrados em uma pesquisa rápida em redes sociais, como *Instagram* e *Facebook*, e no site de busca *Google*.

Percebendo esse fenômeno, o Instituto Marielle Franco, criado pela família *in memoriam* à vereadora com objetivo de buscar justiça e fomentar a articulação de cunho político com mulheres, população negra e pessoas que vivem em favelas e tendo sua irmã, Anielle Franco, enquanto diretora da instituição, tem coletado e contabilizado essas iniciativas. No site do Instituto há a aba “Mapa dos Coletivos”, que objetiva conhecer os vários coletivos, grupos auto-organizados e movimentos de todo o mundo que têm na figura de Marielle Franco uma inspiração (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020b).

Na aba Mapa dos Coletivos há um mapa geográfico com girassóis espalhados em cada continente, sugerindo que Marielle Franco se transformou em semente, germinando nos quatros cantos do planeta. Neste espírito, o Instituto solicita que esses coletivos se cadastrem no site através do preenchimento de um formulário a fim de tomar conhecimento de suas existências, almejando, no futuro, projetar um mapa mostrando de forma real cada um deles.

As perguntas feitas no formulário de cadastro têm o objetivo de conhecer esses coletivos e pensar como eles podem somar ao Instituto: como eles se identificam? (coletivo, movimento, organização e outros); qual o nome do coletivo?; qual a área de atuação? (escola/universidade/instituição; favela/bairro; cidade; estado; país, ou outros), dentre outros questionamentos. Para finalizar o questionário, são feitas perguntas que favorecem os interesses mútuos e parcerias: “Como vocês imaginam que poderiam fortalecer as ações do Instituto Marielle Franco?”; “Como vocês imaginam que essa rede poderia ser importante para o grupo de vocês?”; “Se fizermos um mapa digital on-line

vocês têm interesse em aparecer no mapa? Se sim, como?”. Com essa pesquisa vai ser possível verificar o grau de germinação do feminicídio político de Marielle Franco, visualizando-o de maneira geográfica, tornando possível, ainda, alianças e parcerias futuras com esses coletivos (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020b).

O interessante destes coletivos encontrados na internet, dentre muitas coisas, é que eles não utilizam somente o primeiro nome de Marielle, mas também o sobrenome. Quando se trata de uma mulher negra, a utilização de seu sobrenome não é mero detalhe, pois pensando de forma decolonial, de acordo com Gonzalez (1985), “O negro tem que ter [sempre] nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido ao gosto deles”. No período colonial, os(as) filhos(as) dos escravizados não poderiam ter nomes vindos da sua terra de origem, recebendo nomes dados pelos senhores e pelas senhoras da Casa Grande, em razão de não serem vistos como indivíduos. Muitas vezes, eles eram apontados por sua cor antes do nome, mexendo, assim, nas suas subjetividades e agregando quaisquer valores sobre sua vida, tomando-o como verdade até para os demais que não os conheciam (PINSKY, 1992).

Após a sua morte, Marielle Franco foi vítima de *fake news* criadas por aqueles que buscavam desconstruir a sua história de vida. As notícias circularam de modo instantâneo e pessoas que não a conheciam compraram rapidamente as informações falsas sobre a vereadora. Uma dessas pessoas foi a desembargadora Marília Castro Neves, mulher branca de classe rica. Dois dias após o feminicídio político de Marielle, no dia 16 de março de 2018, a magistrada afirmou em seu perfil no *Facebook* que Marielle Franco havia sido eleita pelo Comando Vermelho (umas das grandes organizações criminosas no Brasil, criada em 1979, no Instituto Penal Cândido Mendes, no Rio de Janeiro em Angra dos Reis) e que, portanto, era “engajada com bandidos” (QUEIROZ, 2018).

A desembargadora já havia ofendido anteriormente a memória de Zumbi dos Palmares, líder dos quilombos dos Palmares (uma comunidade livre constituída por escravos fugidos de Senzalas que ficava na região da Serra da Barriga, município alagoano) e pediu o fuzilamento do ex-deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ). Ambos fazem parte de minorias societárias, o primeiro negro e o segundo gay. No caso de Marielle Franco, a desembargadora lamentou o episódio e disse que emitiu uma opinião equivocada. Segundo Marília Castro Neves, o engano foi causado por *fake news* compartilhada por pessoas do seu círculo social. Devido a essa retração feita no seu perfil sua rede social, o Supremo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu arquivar, no dia 3 de março de 2021, o processo movido pela família de Marielle Franco contra a desembargadora, ficando isenta de pagar multa e/ou cumprir 2 anos de prisão (RIBEIRO, A., 2019).

O deputado federal Alberto Fraga, do Democratas (DEM-DF), homem branco, foi outro responsável pela criação de *fake news* a respeito da vereadora Marielle Franco. No dia 16 de março de 2018, o deputado fez uma postagem no seu *Twitter* afirmando que o novo “mito” da esquerda tinha engravidado aos 16 anos, era ex-esposa de Márcio dos Santos Nepomuceno (traficante locado no Rio de Janeiro, conhecido como Marcinho VP) e, tal qual a desembargadora, disse também que Marielle foi eleita pelo Comando

Vermelho. O parlamentar afirmou, ainda, que a vereadora foi usuária de maconha. Diante dos muitos comentários negativos, o deputado federal apagou a postagem e se disse arrependido por não ter verificado se a informação era verdade antes de compartilhá-la (PENNAFORT, 2021).

Todavia, em matéria publicada no dia 13 de março de 2021, Luyara Santos informa que até hoje propagam a inverdade de que ela seria filha do traficante, como afirmado pelo deputado Alberto Fraga. A filha de Marielle Franco disse: “[...] Quando as pessoas têm poder, são intocáveis, parece que podem fazer o que quiserem da vida do outro [...] Uma mulher preta [e favelada] é assassinada [vítima de feminicídio político], e isso fica sem punição. E tem gente ferindo a moral dela sem punição também” (PENNAFORT, 2021). A denúncia feita pelo PSOL ao Comitê de Ética contra o deputado federal foi arquivada pelo próprio conselho. Em face de tudo isso, o Instituto Marielle Franco criou em seu site a aba “Quem é Marielle Franco?”, para descrever e contar a verdadeira história da vereadora (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020c).

A efervescência da criação de coletivos com o nome de Marielle Franco e a ampla divulgação por pessoas que nem a conheciam pode ser atribuída à forma como a vereadora morreu, denominada por Renata Souza como feminicídio político. De fato, Marielle tornou-se amplamente conhecida após a sua morte, para além do Rio de Janeiro. Apesar da nomenclatura feminicídio político dar ideia de algo novo, ele advém de dois conceitos preexistentes: feminicídio e assassinato político (SOUZA, 2020).

O feminicídio foi definido como o assassinato de mulheres por simplesmente serem do gênero feminino, ou seja, é um crime misógino (de ódio ou aversão ao gênero feminino). Já o assassinato político é ocasionado por conversões ou visões políticas diferente de uma parte que não tolera a posição diferenciada do(a) outro(a), que, então, o(a) matam. No entanto, Souza, apesar de não nomear a questão da raça, faz uma leitura do conceito em cima de uma mulher negra e periférica, no seu artigo “Feminicídio Político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles”, com concepções voltadas para classe, raça e gênero enquanto vetores históricos que costumam impor barreiras no processo de ocupação de mulheres negras na esfera política ou pública, em que a união deles é nomeada de interseccionalidade (SOUZA, 2020).

O conceito de interseccionalidade é tido como instrumento analítico para se pensar três conceitos já pré-existentes – raça, gênero e classe – em suas relações sociais. A criadora do conceito, a jurista americana Kimberlé Crenshaw, informa que tal interseção condiciona de forma estrutural determinados grupos, especificamente as mulheres negras, em relação a como elas serão vistas na sociedade, servindo para compreender tanto as injustiças quanto as desigualdades acometidas a elas na sociedade que é racista, sexista e classista (OLIVEIRA, 2020).

Essa forma conceitual serviu para derrubar certos paradigmas causados por estudos eurocentrados, especialmente em países como o Brasil, em que esses estudos não dão conta, nem refletem a realidade brasileira. Usado para entender o feminicídio político e o feminicídio, este em último aparece na tese de doutorado da demógrafa Romio (2017), intitulada 'Feminicídios no Brasil,

uma proposta de análise com dados do setor de saúde', em que a autora se utiliza dele para diferenciar como o crime ocorre com mulheres brancas e com mulheres negras, mostrando que não é universal.

A interseccionalidade é um conceito que tem como aporte sustentar o argumento de que não há singularidades de uma identidade só. Ao contrário de muitos estudos feministas, que não abarcam por completo o ser mulher nas suas singularidades, o conceito de interseccionalidade não se embasa apenas no gênero, mas considera raça e classe como elementos importantes para se obter uma gama do total da realidade que se almeja descrever ou delinear.

Esse conceito avançou ainda mais em 1970 com o Coletivo Combahee River, surgido na cidade de Boston (Massachusetts) com objetivo de que a sociedade parasse de negligenciar problemas sentidos por mulheres negras. O coletivo buscava novos modelos que visassem uma transformação social, que compreendessem as mulheres negras nas suas várias opressões de gênero, de raça e de classe, se contrapondo à política da época, utilizando, para isso, o conceito de Crenshaw. Nessa perspectiva, pode-se notar que ambos os conceitos (femicídio político e interseccionalidade) têm como raiz forte a luta pelo racismo estrutural, ou seja, são lutas antirracistas, por terem como partida a visibilidade da vivência de uma mulher negra (FALQUET, 2018; SILVA; CESAR; PINTO, 2020).

Nisso, pode-se verificar que luta e estudo se correlacionam. O artigo “Que feminismo é esse que nasce na horta?” de Paulilo vem discutir isso: “O interessante de se analisar um movimento feminista em sua prática é ver como elementos [teóricos] se combinam” (PAULILO, 2016, p. 299). Tanto o Coletivo *Combahee River* como os coletivos de Marielle Franco são constituídos em sua maioria por mulheres negras, informação verificada via fotos nos *Instagrams*, próprio site e *Facebook*, formando, assim, o que as afro-americanas chamam de movimento *Black Feminist*, nomenclatura utilizada para intitular o movimento de mulheres negras que discutem tanto gênero quanto a luta antirracista. Apesar de Marielle ter morrido por questões de gênero e política, conforme o conceito de Renata Souza, o fato de ela ser negra é muito relevante ao ponto de ser colocado antes do gênero e classe, que são eixos fundantes de opressão e dominação, e o político enquanto potencializador.

Por este motivo, para o caso de mulheres negras a questão racial deve vir antes da de gênero ou outras questões. A abolicionista e ex-escrava afro-americana Sojourner Truth, em seu discurso feito de improviso no Congresso Feminista em Ohio em 1851, pergunta “E eu não sou mulher?”, ao tratar da ajuda diferenciada que mulheres brancas tinham para subir em carruagens e passar por cima de poças d'água, enquanto ela sempre teve que lutar sozinha, lembrando como as pessoas podem tratar umas às outras de forma diferenciada (TRUTH, 1998).

A professora e feminista negra Vilma Piedade criou o conceito de dororidade, que tem como objetivo acrescentar as dores do racismo para além do gênero, diferenciando-o do conceito de sororidade (irmandade entre mulheres). Segundo Piedade, inexistente tal associação no conceito de sororidade, pois que age numa perspectiva universal de mulher. Assim, a professora percebeu que o peso de ser mulher de cor preta pouco mudou (PIEADADE,

2017).

Em vista disso, o Instituto Marielle Franco realizou uma pesquisa sobre Violência Política contra Mulheres Negras durante o período das eleições municipais de 2020. Compactuando com a Agenda Marielle, 142 mulheres negras candidatas assinaram eletronicamente uma espécie de termo se comprometendo a honrar a memória da vereadora vítima de feminicídio político e suas práticas e pautas no decorrer de seus mandatos. Destas, 98,5% afirmaram ter sofrido algum dos 8 tipos de violência política mapeados, dentre eles: violência virtual (78%), moral e psicológica (62%), institucional (55%), racial (44%), física (42%), sexual (32%) e de gênero (28%) (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020a).

No que se refere aos autores das violências, a pesquisa indicou: pessoas não identificáveis (45%); grupos militantes ou candidatos de partidos políticos adversários (30%) e grupos racistas e neonazistas (15%). 78% das candidatas foram vítimas de violência virtual, espaço que está sendo bastante utilizado devido aos tempos de pandemia; 20,72% receberam comentários e/ou mensagens de cunho racistas e misóginos nas suas redes sociais, e-mails e aplicativos de mensagens. A pesquisa foi realizada em conjunto com a Justiça Global e a Terra de Direitos. A Justiça Global é uma Organização Não Governamental (ONG) que trabalha na proteção e promoção dos direitos humanos, bem como fortalecendo a sociedade e a democracia; foi fundada em novembro de 1999 visando denunciar violações de direitos humanos. A Terra de Direitos também é uma ONG voltada para os Direitos Humanos, atuando na sua defesa, promoção e efetivação, surgida em 2002 na cidade de Curitiba, Paraná (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020a).

Das 142 mulheres candidatas que assumiram o compromisso de Marielle, 81 foram eleitas. É importante salientar que todas elas pertencem a partidos de esquerda e centro-esquerda, assim como Marielle Franco. Seus nomes se encontram na plataforma do site denominada “Não Seremos Interrompidas”. Como resultado, a pesquisa relatou que essas mulheres já corriam alto risco de vida quando eram somente candidatas e agora, como eleitas, se encontram em mais risco ainda, como o caso de Ana Lúcia Martins, do Partido dos Trabalhadores (PT). A primeira vereadora negra da cidade de Joinville recebeu ataques e ameaças, em 2020, via e-mail. Após a análise dos dados, o Instituto pede por segurança e proteção, para que parlamentares como Ana Lúcia não tenham que desistir do seu direito político de estar representando e trazendo demandas que proporcionam uma democracia pluralizada e verdadeiramente participativa. Conforme a pesquisa, após esse caso outras parlamentares também receberam ameaças parecidas (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020a).

A plataforma do Instituto Marielle Franco lançou uma campanha com a pergunta “Conhece alguma Mulher Negra Eleita que está passando ou passou por alguma violência política após a eleição?”, a fim de identificar mais casos, pois o ensejo é para que não tenha outras mortes como Marielle Franco, vítima de feminicídio político. A campanha é importante, tendo em vista que muitas mulheres se identificaram com a vereadora Marielle Franco e, assim como ela, decidiram fazer carreira política, como a própria vereadora eleita Ana Lúcia Martins, que disse em resposta às ameaças ao portal Brasil 247: “Sou semente

de Marielle Franco e não vou desistir” (BRASIL 247, 2020).

Marielle Franco também recebeu várias homenagens fora do Brasil. A primeira homenagem recebida foi em Paris: um jardim suspenso que leva o nome Marielle Franco, inaugurado em setembro de 2019. O jardim se encontra junto à *Gare de l'Est*, umas das mais importantes estações de trem da capital parisiense, possuindo 2 mil metros quadrados e 70 árvores frutíferas. A homenagem foi aprovada de forma unânime na Câmara Municipal de Paris, contando em sua inauguração com várias autoridades francesas e a família de Marielle, pais e a filha Luyara dos Santos. Em Berlim, a vereadora recebeu uma homenagem com uma pintura de 100 metros quadrados na lateral de um prédio na capital da Alemanha, feita pela artista russa Katerina Votorin para o Dia Internacional da Mulher (8 de março de 2020) (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2020).

No dia 14 de março de 2021, Buenos Aires inaugurou uma placa com nome de Marielle Franco no metrô. Mais recentemente, na Itália, o terraço da biblioteca Casa Brasileira foi nomeado de Marielle Franco e, na Suíça, houve um ato em frente às Organizações das Nações Unidas (ONU) para lembrar os três anos do seu feminicídio político. As homenagens acontecem mundo afora, mostrando que as sementes germinaram para longe e que a luta de Marielle não morreu consigo, mas, sim, se multiplicou por todo o mundo (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2020).

Outro exemplo que pode ser considerado como feminicídio político é o caso da mais importante filósofa marxista polaca-alemã Rosa Luxemburgo, assassinada por militares que atiraram em sua nuca e depois a jogaram nos canais do rio *Spree*, no centro de Berlim, Alemanha, a mando dos governantes da socialdemocracia. Luxemburgo tinha uma importante discussão em relação ao lugar dialético, e as suas expectativas entre classe e partido eram diferentes da concepção Leninista. Segundo a filósofa, as greves em massa poderiam produzir um salto qualitativo para a revolução, já que Lênin acreditava que todos os trabalhadores do mundo uniram-se voluntariamente, tal qual consta fielmente nos livros de Karl Marx, apesar da hipótese de Rosa Luxemburgo parecer mais razoável (SILVA, 2011).

A história deu razão à Lênin, pois em uma sociedade machista a voz de uma mulher não poderia sobrepor a de um homem. Chamada de aventureira por Lênin, Rosa Luxemburgo não virou semente de imediato, como Marielle, pois não tinha pares políticos que defendessem sua ideia na época como teve o seu opositor, na qual a horda do movimento era majoritariamente por homens. Nesse caso, Marielle Franco era privilegiada, pois tinha pares que se visualizavam em sua vida e a tornaram sementes dela pós-morte (SILVA, 2011).

Outro caso foi de um quase feminicídio político é o da paquistanesa Malala Yousafzai, que ficou conhecida por sua luta pela defesa dos direitos humanos das mulheres e o acesso à educação, negado pelo grupo denominado de Talibã (formado por homens), movimento fundamentalista islâmico criado no Paquistão. No dia 9 de outubro de 2012 a jovem foi atacada por um miliciano, tendo sido baleada na cabeça. Malala sobreviveu e em 2014 foi premiada com o Nobel da Paz, em reconhecimento à sua luta, além de ter recebido alguns títulos de doutora *Honoris Causa* na Itália pela Universidade de Pádua em 7 de

junho de 2016 e no dia 12 de abril 2017 pela Universidade de Ottawa no Canadá. O ativismo de Malala se tornou conhecido em todo mundo e o lema “Eu sou Malala” é utilizado por pessoas que se identificam com a sua pauta (YOUSAFZAI, 2013).

Rosa Luxemburgo e Malala Yousafzai sofreram feminicídio político, assim como Marielle Franco, sendo que Malala sofreu uma tentativa. Todavia, deve-se considerar que o termo concebido por Renata Souza ainda é uma tese, pois não se ancora em lei e, portanto, ainda não pode se tornar uma política pública de combate a este tipo de crime.

### Considerações Finais

Espera-se que com a primavera dos girassóis gerada pelo feminicídio político de Marielle Franco, as parlamentares brasileiras eleitas possam incluí-lo enquanto lei e ser transformado, a posteriori, em políticas públicas para salvaguardar parlamentares como Marielle a fim de que não desistam de seus mandatos por medo de terem o mesmo destino, este que se articula entre o feminicídio e o assassinato político. No caso de Marielle Franco, entra a interseccionalidade, em virtude de ser uma mulher negra subversiva que ousou usar sua voz em favor das minorias. Ela que, poeticamente falando, é Esperança Garcia (mulher escravizada tida como a primeira advogada do Piauí), ao realizar uma luta baseada na esperança de negociar estratégias com o Estado (pelas vias legais) para que se efetivassem as suas pautas, negociações estas que não foram usadas à Marielle Franco por aqueles que não concordavam com suas falas.

Esse grupo hegemônico formado por homens, brancos, ricos, heterossexuais e cisgêneros no âmbito político que, ao tentar arrancar um girassol, não conseguiu impedir a sua primavera, que, ao chover, espalhou sementes germinadas com 81 parlamentares eleitas, movimentos sociais (coletivos) e homenagens pelo mundo de pessoas que lutam pelas mesmas causas, pois as sementes brotaram, porque, apesar de tudo, o sol nasce todos os dias, e nem a milícia nem a gestão genocida impediram que os girassóis chegassem. Ainda que sofressem com as interrupções, a primavera dos girassóis chegou. O fato de Marielle Franco ter sido morta gerou um efeito de onda ao mesmo tempo vinculado ao simbolismo de ser uma mulher negra e periférica, não sendo qualquer feminicídio, mas um feminicídio político e interseccional, acrescentando mais um termo ao conceito já criado por Renata Souza, sendo mais um passo para a luta antirracista, caso se efetive em Lei.

### Referências

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

BARREIRA, Gabriel; SATRIANO, Nicolás. Ronnie Lessa e Elcio de Queiroz vão a júri popular acusados de matar Marielle e Anderson. **G1**, 10 mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/10/ronnie-lessa-e-elcio-queiroz-va-o-a-juri-popular-acusados-da-morte-de-marielle.ghtml>>. Acesso em: 4 mar, 2021.

BRASIL 247. “Sou semente de Marielle Franco e não vou desistir”, afirma Ana Lúcia Martins, vereadora eleita em Joinville ameaçada de morte. 20 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/regionais/sul/sou-semente-de-marielle-franco-e-nao-vou-desistir-afirma-ana-lucia-martins-vereadora-eleita-em-joinville-ameacada-de-morte>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Situação da adolescência brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

CAMAROTTI, Gerson. Ex-ministro Jungmann vê “metástase de milícias” e risco de “bancadas do crime” na eleição. **G1**, 31 jan. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2020/01/31/ex-ministro-jungmann-ve-metastase-de-milicias-e-risco-de-bancadas-do-crime-na-eleicao.ghtml>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

CANO, Ignacio; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo (Orgs.). **Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012.

CARMO, Alessandro Xavier do. “Sou Franco, Marielle Franco”. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 2, n. 2, p. 216 - 219, 2018.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. **Racismos contemporâneos**, Rio de Janeiro, Takano, v. 49, p. 49 - 8, 2003.

DAVIS, Angela; SPIVAK, Gayatri Chakravorty; DHAWAN, Nikita. “Planetary Utopias”. **Radical Philosophy**, v. 2, n. 5, p. 67 - 77, 2019.

FALQUET, Jules. História do Coletivo Combahee River. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 124-137, 2018.

FONTOURA, Natália de Oliveira; PINHEIRO, Luana Simões. “Gravidez na adolescência”. **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, ano 7, 60. ed., 28 maio 2010. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1091:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1091:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 3 mar. 2021.

FLICK, Uwe. Pesquisas de levantamentos e entrevista. In: FLICK, Uwe. Introdução a metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 108 - 121.  
GONZALEZ, Lélia. A democracia racial: uma militância. UAPÊ, **Revista de cultura**, n. 2, p. 222 – 225, 1985.

GRISON, Everton Marcos. Chamamento ao povo brasileiro, de Carlos Marighella. **Revista do NESEF**, v. 9, n. 2, p. 183 - 187, 2020.

GUIMARÃES, Juca. Conheça a história sombria do coronel Ustra, torturador e ídolo de Bolsonaro. **Brasil de Fato**, 17 out. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/conheca-a-historia-sombria-do-coronel-ustra-torturador-e-idolo-de-bolsonaro>>. Acesso em: 4 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil socioeconômico da maternidade nos extremos do período reprodutivo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2020**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **A violência política contra mulheres negras**. 2020a. Disponível em: <<https://www.violenciapolitica.org/violencias>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Mapa dos coletivos**. 2020b. Disponível em: <<https://www.institutomariellefranco.org/mapa-dos-coletivos>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Quem é Marielle Franco?** 2020c. Disponível em: <<https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

LICARIÃO, Berttoni Cláudio. Eurídice Figueiredo: a literatura como arquivo da ditadura brasileira. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 53, p. 437-442, 2018.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Espanha: Melusina, 2020.

O GLOBO. “Mataram a minha mãe e mais 46 mil eleitores”, escreve a filha de Marielle Franco”. **O Globo**, 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/mataram-minha-mae-mais-46-mil-eleitores-escreve-filha-de-marielle-franco-22494146>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

OLIVEIRA, Jéssica Cristina Alvaro. Interseccionalidade, de Carla Akotirene. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 1, p. 303 - 309, 2020.

OLIVEIRA, Manoel Rufino David de; MONTEIRO, Vitória de Oliveira. A imagem de Marielle Franco na Arte Urbana: grafites e pichações como imagens-mundo de resistência transnacional. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, p. 231 -249, 2020.

OLIVEIRA, Taís Silva; LIMA, Dulcilei da Conceição; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo. #QuemMandouMatarMarielle: a mobilização online um ano após o assassinato de Marielle Franco. **Revista Líbero**, v. 23, n. 45, p. 13 - 157, 2020.

OLIVEIRA, Tinna. Prevenção de gravidez na adolescência é tema de campanha nacional. **Ministério da Saúde**, 3 fev. 2020. Disponível em: <<https://antigo.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46276-prevencao-de-gravidez-na-adolescencia-e-tema-de-campanha-nacional>>. Acesso em: 6 mar. 2021.

ONU BRASIL. **Taxa de gravidez adolescente no Brasil está acima da média latino-americana e caribenha**. 2018. Disponível em: . Acesso em: 4 set. 2020.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta?. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 296 – 316, 2016.

PENNAFORT, Roberta. “Mentiras sobre Marielle Franco continuam a se espalhar três anos após sua execução”. **BBC News**, 13 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56367394>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença?. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 268 - 290, 2001.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.

PIRES, Fernanda Bastos. **Marielle Franco, um acontecimento antropofágico: a comunicação de um corpo incômodo a cultura e política do Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

QUEIROZ, Larissa Maria de. Lesión de los derechos de la mujer: caso Marielle en la prensa. **Temporalis**, v. 18, n. 36, p. 206 - 219, 2018.

REDES. **Censo Populacional da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019.

RIBEIRO, Amanda Barros Jacintho. **A morte de Marielle Franco: uma análise do discurso midiático sobre o caso**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português) – Universidade de Brasília, Brasília.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Observação. *In*: RICHARDSON, Roberto

Jarry (org.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 259 - 264.

RODRIGUES, Emely Braga. O silenciamento de Marielle. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, p. 171 - 195, 2020.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. **Femicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde**. 2017. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ROSSI, Julia Carneiro. Releituras da geografia urbana sobre o Complexo da Maré. **História, Natureza e Espaço-Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF**, v. 5, n. 1, p. 1 - 10, 2016.

SAHUÍ, Alejandro. “Razonar en público: la filosofía política de Habermas”. **Signos filosóficos**, v. 13, n. 26, p. 63 - 85, 2011.

SAÚDE COM CIÊNCIA. Desigualdade social aumenta risco de gravidez na adolescência. **Faculdade de Medicina-UFMG**, 1 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/desigualdade-social-aumenta-risco-de-gravidez-na-adolescencia/>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SENGER, Sabrina; GRAUBE, Tiago Ademir. “Marielle Franco”. **Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião**, v. 4, n. 1, p. 169 - 174, 2018.

SILVA, Antonio Ozaí da. O dilema da Social-Democracia (3) - Rosa Luxemburgo e Lenin: concepção de partido e reformismo. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 119, p. 129 - 137, 2011.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e Cultura**, n. 27, p. 39 - 56, 2010.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Fazendo geografias feministas: apontamentos sobre desobediências epistemológicas. In: ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro. **Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à Covid-19**. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2020, p. 14 – 28.

SOUZA, Renata. Femicídio Político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, p. 119 - 133, 2020.

TIBURI, Marcia. Marielle Franco e o mal radical. **Revista Cult**, 21 mar. 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/marielle-franco-e-o-mal-radical/>>. Acesso em: 4 mar. 2021.

TRUTH, Sojourner. **Narrative of Sojourner Truth**. New York, USA: Penguin, 1998.

VIERA, André. “‘Milícia é sempre governo, nunca oposição’, diz Freixo”. **Brasil de Fato**, 29 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/04/29/milicia-e-sempre-governo-nunca-oposicao-diz-freixo>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

YOUSAFZAI, Malala. **Eu sou Malala**: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

**Contribuição de Autoria / Contribución de autoría**

Brenna Galtierrez Fortes Pessoa: Conceituação, Curadoria dos Dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita- primeira redação.

Elaine Ferreira do Nascimento: Supervisão, Validação.

Recebido em 28 de maio de 2021.

Aceito em 29 de setembro de 2021.

**Brenna Galtierrez Fortes Pessoa, Elaine Ferreira do Nascimento**

